

# Posseiros reclamam ajuda oficial e prometem acampar nas estradas

ANTONIO HOHLFELD

Com toda a certeza, chegam tarde os homens de governo que, em seus cargos, têm a responsabilidade pelo futuro dos habitantes de Nonoai, especificamente das terras do posto indígena daquela localidade. E isso porque, a esta altura dos acontecimentos, o drama dos posseiros chega a um final sem interferência de qualquer "deus ex machina", fazendo com que muitos deles estejam a perder os raros animais caseiros que possuam, enquanto outros pura e simplesmente desfizeram-se de tudo e foram buscar novas terras. O relato, a seguir cobre vinte e quatro horas de convívio com esta situação.

## A HISTÓRIA DOS POSSEIROS

Na tarde de quinta-feira (dia 11), uma jovem se preparava para ir auxiliar sua família: posseiros, eles vivem há quinze anos nas terras da reserva indígena, enquanto ela, como empregada do hotel, vivia há 18 anos na cidade de Planalto (um dos municípios entranhado nos 10 mil hectares da reserva de Nonoai). A história de Antonio Lewy, que passamos a conhecer então, é semelhante à da maioria dos posseiros. Filho de imigrantes poloneses, eles receberam terras de pouca produtividade. Antonio ficou órfão de pai muito cedo, tendo a mãe casado outra vez. O padrasto logo desfez-se das terras, e Antonio, como os demais onze irmãos, dispersou-se no mundo à procura de trabalho. Na sala da casa, onde hoje mora a família Lewy, composta de cinco filhos homens e duas mulheres, além do velho Antonio, de 75 anos, está sua esposa, e a nora, casada, com um dos filhos.

Face encovada, Antonio Lewy conta que em 1963, residindo então num lote agrícola pertencente à prefeitura municipal de Planalto, depois de dezenas de anos de atuação como trabalhador rural de meia, foi, como tantos outros, para as terras indígenas, atendendo à conclamação da reforma agrária que lhes fizera o governador Leonel Brizola, ao desapropriar a fazenda Sarandi. Fixaram nova residência e retomaram, com toda a força de seu trabalho, a tentativa de ficar raízes.

A família gostou do lugar. A criança crescia, e a 1.º de abril de 1966, segundo a ordem de serviço n.º 107, de 24 de agosto de 1964, do então Serviço de Proteção aos Índios, a família Lewy firmava um primeiro documento de arrendamento de dez alqueires, dentro da reserva, válido por três anos. O documento, assinado pelo Major aviador Danton Pinheiro Machado, de número 12, especificava, em suas cláusulas fixas, por exemplo, que a família Lewy deveria pagar 20% sobre a produção obtida, em espécie ou dinheiro (cláusula 3), correndo por sua conta a demarcação da área, devidamente acompanhada por funcionário do SPI (cláusula 6). O arrendatário não poderia derrubar a mata para exploração própria, o que ficava reservado ao SPI (cláusula 7), correndo por conta do arrendatário as benfeitorias que porventura realizasse, e que não seriam ressarcidas em hipótese alguma (cláusula 8). Determinava ainda o contrato que a qualquer momento o SPI poderia romper o compromisso, devendo o arrendatário devolver a terra de imediato (cláusula 9), não podendo o arrendatário sublocar o terreno (cláusula 11). Assinavam, como testemunhas, Armando Fornari e Pedro Fernandes da Silva.

O documento foi mostrado pela família Lewy, que o guarda, num envelope antigo, dentro de uma bolsa de plástico, junto a outros documentos legais, inclusive recibos, que constituem documentação comprobatória de sua fixação naquela área, desde 1963. Mais do que isso, os Lewy possuem ainda documentos que mostram a renovação dos arrendamentos, um dos quais firmado pelo delegado regional da Funai na região sul, Francisco Neves Brasileiro, que deixou o posto há pouco tempo, após alguns problemas com a administração central da Funai.

## O PASSADO

Os que moram ali há mais tempo lembram os anos de 1968-69, quando também houve problemas: "Fincamos o pé — dizem os filhos de Lewy — e acabamos ficando. Vamos fazer o mesmo agora?"

Parece que não. Os Lewys, por exemplo, já mandaram suas vacas embora, para um vizinho fora da reserva. Os porcos estão reunidos no chiqueiro, e as galinhas à mão. Um mutirão, que eles na região chamam de "puxirão" familiar, conseguiu acabar a colheita do milho. O feijão deverá ser deixado na terra. "Não vale o esforço da colheita".

João d'Ávila que tem dois alqueires de terra, 25 porcos, e encontra-se há

dois anos na região (antes trabalhara como agregado em Irai) afirma: "vamos ficar tudo por aí, na estrada", e acrescenta que há quase unanimidade nessa decisão. Quando o encontrei, ele vendia a oito mil cruzeiros, porcos que normalmente valem 11.700 cruzeiros. O comerciante, com um caminhão médio, recolhia os animais, mas não pagava no ato da compra.

Alcides Bortolotto, natural de Encantado, reside há dez anos na reserva. "Nunca tivemos inimizade com os índios", afirma. "A gente quer é trabalhar. A gente por enquanto tá tranquilo, e os filhos da gente é tudo indígena, nasceu tudo aqui. A gente vinha tudo de agregado".

Ele reclama que o governo devia pelo menos mandar um caminhão para ajudar. Ignorava a ordem de saída e o prazo fixado pelos índios até domingo último. Enquanto os índios reclamavam dos soldados da Brigada Militar, que não avisaram os posseiros do prazo final.

## "O QUE A GENTE QUER É TRABALHAR"

"Se a gente estivesse maltratando o índio... mas a gente quer é trabalhar", dizem eles em geral. E continuam, quase sempre: "Eu nunca toquei em nada dos índios. As madeiras, quem derrubou foi a Funai".

No entanto, a reclamação dos índios é justamente a devastação da mata. É evidente que para fazer sua lavoura, o posseiro deve ter desmatado, e a maior prova é a ausência quase absoluta de quaisquer árvores na área. Mas os posseiros, por seu lado, e também os soldados de serviço na região, são unânimes em dizer que "o índio gosta

duma fogueira. A saída dos brancos vai fazer com que eles façam disso tudo uma tocha só".

"Se o povo sair em 72 horas como os índios e o governo querem, nunca mais que vamo ter vez na vida. A única coisa que a gente pode fazer é virar bandido", concluem outros.

Pela tarde, Tino (Antonio), um dos índios Kaingangue que integra os grupos de aviso aos colonos, comenta: "a gente começou a expulsão na semana passada e depois visitamos eles (os posseiros). Agora queremos ficar em casa porque os soldados é que vão cuidar da coisa".

## PRISÃO

Quando o repórter da Folha, acompanhado de dois jornalistas do semanário "Movimento", conseguiu penetrar na reserva indígena de Nonoai onde falariam com alguns índios, os soldados da Brigada Militar interferiram. "Fomos conduzidos à sede de operações da BM — ele explicou — nos identificamos, e, duas horas mais tarde, fomos levados para a cidade de Planalto. Lá fomos interrogados, e, em seguida, nos levaram para Nonoai, onde ficamos na sede da BM".

Então, um oficial informou que eles seriam conduzidos para Porto Alegre, à Polícia Federal, para interrogatório. Chegando a Porto Alegre, depois de uma passagem pelo quartel da BM, foram para o DOPS, onde se processaram depoimentos individuais de mais de duas horas cada um.

A preocupação era saber como eles haviam entrado na área da reserva, se eram realmente jornalistas, e se não estavam pretendendo insuflar índios ou colonos. As 16 horas, depois de quase um dia inteiro detidos pela Brigada Militar, os três jornalistas foram liberados.

# Choques entre colonos e índios devem alastrar-se

LUIZ PADOVANI

Segundo o rastilho incendiado com a bem sucedida rebelião em Rio das Cobras (Paraná), há cerca de dois meses, uma a uma as reservas indígenas do Sul do País vão sendo tomadas por conflitos entre os legítimos proprietários daquelas terras e os colonos ali admitidos pela Funai — Fundação Nacional do Índio — legalmente a curadora da população nativa. Nas duas últimas semanas, mais três áreas — Nonoai, Cacique Doble e Guarita — todas no Norte do Rio Grande do Sul, estão registrando choques entre índios kaingangues e brancos intrusos. Em curto prazo, e essa previsão suscita poucas dúvidas, a maioria dos 11 mil índios que habitam os três Estados meridionais terão desencadeado processo semelhante em mais uma dezena de reservas.

Por que, tão repentinamente, os indígenas se revoltaram? Isso seria obra de "elementos estranhos", como aponta o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira?

Na realidade, nem os conflitos entre os dois grupos, nem a previsão de revoltas são aspectos novos do problema, cuja solução depende de dois órgãos — a FUNAI e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) — ambos subordinados ao Ministério do Interior.

Os choques entre colonos e índios datam das primeiras intrusões de agricultores brancos nas reservas, presenciadas há quatro décadas. Os conflitos, entretanto, se acentuaram a partir de meados da década de 60, quando os "sem terra" foram incentivados a penetrar maciçamente nas reservas através de contratos de arrendamento com o antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e sua sucessora Funai. Em várias oportunidades, conforme registram os jornais da época, contingentes policiais e do Exército intervieram no sentido de assegurar a permanência dos colonos nas terras.

## ALERTA IGNORADO

Quando a reação dos índios frente a essa situação, os primeiros sintomas surgiram há três anos, quando venceu o prazo inicial estipulado pela Funai para a demarcação das áreas indígenas e a retirada dos colonos.

Em carta dirigida ao presidente Ernesto Geisel, em agosto de 1975, a índia kaingangue Andila Inácio, monitória bilingue da reserva de Guarita, no Rio Grande do Sul, expunha a situação e reclamava, "não mais palavras de conforto e esperanças, mas uma solução para nossas angústias".

Ele alertava: "Sei que somos uma minoria e, além disso, temos poucas condições de lutar.

Mas preferimos lutar contra as armas que cospem fogo e o aço branco que rasga a carne e ver o sangue de nossos filhos derramando sobre nossa terra, do que vê-los encurralados e arrancados deste último sustentáculo da vida".

Esta e outras advertências posteriores não foram, porém, suficientes para evitar a procrastinação das medidas que eram exigidas. Em 1975, por exemplo, a Funai já tinha concluído o cadastramento de todos os brancos intrusos nas reservas gaúchas, mas o processo seguinte, que seria a sua retirada, até hoje não foi iniciado.

Essa segunda etapa dependeria do Incra, cuja obrigação seria o reassentamento dos colonos, mas ou por falta de recursos (como alegou sempre o órgão) ou por problemas políticos e inoperância, segundo acusações feitas por vários setores a realidade é que tudo ficou como estava.

A ação da Funai, por outro lado, também esbarra em pressões que não consegue romper. O deputado federal João Linhares, por exemplo, é um ardente defensor da permanência dos colonos na terra indígena e garante ter conquistado ao ministro Rangel Reis, do Interior, o compromisso de "não mexer com os colonos das reservas do Sul". Esse compromisso teria sido, segundo o mesmo parlamentar, referenciado no ano passado pelo próprio presidente da Funai.

## TEMPO DEMAIS

Três anos de palavras e nenhuma ação, além de uma severa vigilância imposta pela Funai em relação ao índio, sempre impedido de opinar a respeito das decisões que afetam seu povo, não teriam bastado, segundo as autoridades, para desencadear as revoltas. Agentes do SNI — Serviço Nacional de Informações — circulavam em Nonoai durante a semana passada, evidentemente à procura de supostos "elementos insufladores".

Os kaingangues, todavia, dizem o contrário. Em sucessivas reuniões mantidas entre os caciques desde janeiro, decidiram fazer o que as autoridades não conseguiram: expulsar o branco de suas terras.

E mesmo a extensão dos conflitos a quatro reservas e a possibilidade cada vez mais clara da expansão para outras, aparentemente não sensibilizaram as autoridades em relação à seriedade do caso.

Uma evidência é a decisão sobre o destino dos colonos que restaram na reserva de Nonoai depois da expulsão desenvolvida durante as duas últimas semanas. A solução para eles, de acordo com as autoridades, será dada até o fim do ano, isto é, daqui a sete meses.